

Rio Branco, 15 de julho de 2007

Senhora Ministra,

Nós, entidades, organizações e povos indígenas, quilombolas, geraizeiros, extrativistas e ribeirinhos, reunido neste dia no Centro Usina das Artes em Rio Branco (AC), analisando os desafios para o **manejo florestal comunitário** (MFC) no Brasil, identificamos diversos entraves relacionados à postura do governo brasileiro que dificultam o manejo florestal comunitário como uma política de desenvolvimento local baseada no uso dos recursos naturais renováveis.

Dentre as diversas dificuldades enfrentadas pelas comunidades, destacamos a falta de regularização fundiária, o despreparo dos órgãos de regulação ambiental federal e estaduais para trabalhar com a temática de manejo florestal comunitário reconhecendo as técnicas tradicionais, causando demora na análise e aprovação dos planos, problemas de infra-estrutura para garantir o fluxo e o beneficiamento dos produtos florestais, ameaças às lideranças comunitárias e relações injustas entre empresas madeireiras e comunidades, gerando situações de desrespeito aos direitos humanos e ambientais.

Considerando essa realidade, propomos que o governo brasileiro, em conjunto com a sociedade, lideranças comunitárias e sindicais e os grupos de apoio ao manejo florestal comunitário, construam uma **Política Nacional de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário**, elaborada a partir de processos que envolvam ampla participação de organizações e representantes dos setores interessados, de modo a legitimar as decisões tomadas e políticas adotadas. Para tanto, é essencial reconhecer as especificidades e conhecimentos tradicionais nos diferentes biomas do Brasil. Na construção dessa plataforma política devemos incluir:

- a) Fortalecimento institucional das associações indígenas, comunitárias e familiares;
- b) Criação de um sistema de pesquisa, formação, capacitação e assistência técnica pública que possa atender as demandas do manejo florestal comunitário;
- c) Construção de linhas de crédito, fomento e financiamento respeitando a diversidade sócio-organizacional dos grupos interessados em manejo florestal comunitário;
- d) Investimento em infra-estrutura necessária para beneficiamento e escoamento dos produtos florestais comunitários;
- e) Reconhecimento pelo Estado das diversas formas de manejo florestal comunitário e adaptação das exigências legais às realidades locais;
- f) Construção de um marco regulatório para produção e comercialização de produtos florestais não-madeireiros;
- g) Consolidação de ação conjunta entre os órgãos fundiários e ambientais das esferas federal e estaduais para garantir o estabelecimento de regulação fundiária das comunidades com atividades de manejo dos recursos naturais e ações de fiscalização e controle.

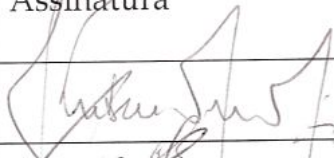

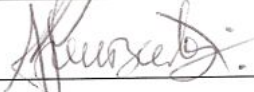




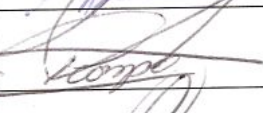
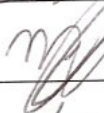


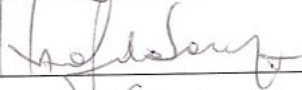
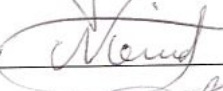


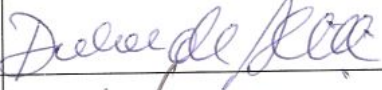
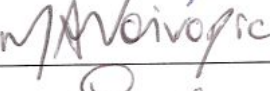

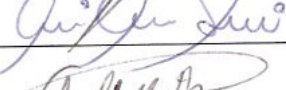
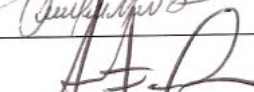
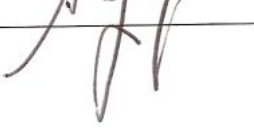
Além disso, destacamos como preocupações emergenciais deste grupo:

- o indicativo do Projeto de Lei 19/07, proveniente da Medida Provisória de Número 366/07, o qual pode colocar como função do Congresso Nacional a aprovação de unidades de conservação (UCs). Este projeto de lei pode atrasar e politizar o processo de criação de UCs federais;
- as ameaças de grupos de madeireiros e invasores de terras às lideranças comunitárias, em especial no Estado de Rondônia;
- a demora por parte dos órgãos estaduais na análise e licenciamento dos planos de manejo para a safra 2007, comprometendo as atividades de produção comunitária.

Diante disso, solicitamos **imediata intervenção** do Ministério do Meio Ambiente para dar solução aos pontos acima expostos e o direcionamento de recursos orçamentários e humanos – incluindo a criação de um grupo de trabalho composto por representantes de comunidades e organizações envolvidas no MFC – para construção do referido **Plano Nacional de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário no Brasil**, seguindo um cronograma que reflita a urgência da questão.

Cordialmente,

Assinam as instituições membros do GT de Manejo Florestal Comunitário e lideranças comunitárias:

Nome	Assinatura	Organização
Roberto Gomes		OELA / GTA
Carlos Ramos		FASE / GTA
Antonio José W. Bentes		IPAM / STM
Graciana Godacilva		STK e ATAP
Elektra Rocha	Elektra Rocha	WWF-BRASIL
Christiane Evangelina		CIFOR
Alexandra M. da Silva		QUILOMBO SVAPOBUNDUA
Antônio de Paula		AUIVE
ROBERT CLARA CARLOS		AUIVE
Mamuel Bencio Capomano		AS-PTA Paranaíba
JOFFERSON TRAB		CTA
MARCOS ANTONIO		UICN
Handes Souza		GRAAL/IASAT
Nelson Teixeira Mend.		ASS. AMPLAC CR.
ALMERILDO JORGE S. NETO		OELA
Ignácio J. Neto		IIEB-Belem
Chandrea S. Smit		Realta Piracicaba PA.
RUBEM DE ALMEIDA		CAA-NM/MS
MAURICIO A. VOIVODIC		IMAFLORA
Emilio Koptec. Garcia		Org. Pandarej
Arildo G. Junior		Org. Metareila
Luis Carlos Maretti		AS. KANINDÉ/RO
ANA M. C. EVIER		WWF-BRASIL

